

Controle civil sob ameaça? Militarismo, politização e radicalização dos militares no Brasil de Bolsonaro

Civilian control under threat? militarism, politicization, and radicalization of the military in Bolsonaro's Brazil

Rev. Bras. Est. Def. v. 11, n. 2, jul./dez. 2024, p. 107-133

DOI: 10.26792/RBED.v11n2.2024.75403

ISSN 2358-3932

EDUARDO HELENO DE JESUS SANTOS
ERIKA KUBIK
PAULO RIBEIRO DA CUNHA

INTRODUÇÃO

A politização dos militares brasileiros, que derivou na radicalização fundada no militarismo nos últimos anos, é o alvo deste estudo. Não podemos entendê-la e contextualizá-la sem considerar a ação política dos militares na Nova República e o surgimento anterior de um militarismo de extrema direita que deu sustento e impulso à radicalização dos fardados na década de 2010.

O retorno do militarismo à política e a eleição de Jair Bolsonaro em 2018 podem ser entendidos como fruto de uma grande mobilização no meio das fileiras dentro de um novo marco do militarismo brasileiro? Ou como enfraquecimento do controle civil em uma conjuntura de crise política? Apontamos, nesse artigo, que o crescimento da popularidade de Bolsonaro e da sua geração de oficiais tem profunda relação com a recuperação do militarismo brasileiro, inicialmente como reação ao controle civil exercido nos governos do Partido dos Trabalhadores. Desta reação,

Eduardo Heleno de Jesus Santos é doutor em Ciência Política pela Universidade Federal Fluminense e professor de Teoria Política dos Estudos Estratégicos do Programa de Pós Graduação em Estudos Estratégicos do Inest-UFF. Líder do grupo de pesquisa Democracia, Forças Armadas, Estado e Sociedade (CNPq). Conta com apoio da Faperj (APQ1) no projeto de pesquisa Forças armadas — entre o ativismo político e a profissionalização. Orcid.org/0000-0001-5897-9168. E-mail: eduardoheleno@id.uff.br.

Erika Kubik é doutora em Ciência Política pela Universidade Federal Fluminense e bolsista do Programa Pós-Doutorado Nota 10, com apoio da Faperj. Orcid.org/0000-0002-3518-7691. E-mail: erikacpkubik@gmail.com.

Paulo Ribeiro Cunha é livre-docente em Ciência Política pela Universidade Estadual Paulista (UNESP-Marília) e professor do Programa de Pós Graduação em Ciências Sociais. Orcid.org/0000-0002-7747-5843. Email: prrcunha@uol.com.br.

Bolsonaro será o vetor político no qual se estruturam projetos com características militaristas e de extrema-direita como solução à crise política originada na década de 2010.

Estrutturamos esse artigo apresentando a interrelação entre o controle civil, o profissionalismo militar, o militarismo profissional e a autonomia militar. Cientes da impossibilidade de neutralidade dos militares como categoria social, enumeramos as ações políticas dos militares, o ressurgimento do militarismo e as tensões nos governos de Luiz Inácio Lula da Silva, de Dilma Rousseff e de Michel Temer. Por fim, apresentamos os efeitos deste militarismo no governo de Jair Bolsonaro. Como fontes primárias para este artigo, contamos com os dados do Tribunal Superior Eleitoral e os relatórios sobre participação de militares em partidos e na política produzidos pelo Serviço Nacional de Informações e pelo Centro de Inteligência do Exército. Estes relatórios desclassificados estão disponíveis no acervo do Arquivo Nacional e cobrem as décadas de 1980 e 1990. Como fontes secundárias, o artigo utiliza informações difundidas por jornais e *sites*. A partir destes dados, foi realizada uma revisão bibliográfica.

CONTROLE CIVIL E PROFISSIONALIZAÇÃO DOS MILITARES

As definições de controle civil estabelecidas por Huntington em *O Soldado e o Estado* (1996) inspiraram, em países em redemocratização, uma noção geral do *dever ser* nas relações civis e militares. Como *dever ser*, os tipos ideais de Huntington são vinculados ao profissionalismo do oficialato, à disputa de forças políticas e à subordinação em relação ao poder civil. Para Huntington, tanto a participação dos militares na política institucional quanto a representação de classe ou em demais assuntos do Estado seriam um problema para o controle civil. A percepção de neutralidade política em relação ao oficialato seria conjugada com a decisão tácita dos demais grupos civis em relação à manutenção da democracia. A combinação de neutralidade política e cultura democrática, ideal no controle civil objetivo, seria a solução para as crises envolvendo os militares por afastá-los da política e por manter as forças armadas como instrumento de Estado, não como instrumento de grupos particulares.

Como *dever ser*, tipo ideal, esse controle pode existir, mas sempre em gradações. Na prática, ao olharmos a história brasileira, em que nem a neutralidade política e tampouco a cultura democrática são fundamentos estáveis, a reflexão sobre esta condição demanda não apenas estabelecer gradações, mas alguns desafios.

Um dos primeiros desafios é contrapor a *ação política* dos militares como categoria social e dissociá-la da neutralidade política conceitual. Neste

primeiro argumento, a neutralidade política dos militares seria um pressuposto para a estabilidade política no Brasil. Consideramos na leitura de Huntington seus argumentos alicerçados na experiência alemã, americana, inglesa e japonesa. No entanto, em contraste com a experiência brasileira e latino-americana, observamos que os militares, mesmo em período de profissionalização, se constituíram em atores políticos, cuja presença esteve articulada com graus maiores ou menores de autonomia. Não raro, os militares foram cooptados para contestar ou arbitrar a ordem. Em outros contextos, foram atores principais do jogo político.

O próprio Huntington, em *A ordem política das sociedades em mudança*, escrita posteriormente à prescrição de *O soldado e o Estado*, apontava um padrão histórico do que foram as relações civis e militares na maior parte dos países.

À medida que a sociedade muda, muda também o papel dos militares. No mundo da oligarquia, o soldado é um radical; no mundo da classe média, é um participante e um árbitro; à medida que a sociedade de massa desponta no horizonte, torna-se um guardião conservador da ordem existente. (Huntington 1975, 233)

Mas esta ordem, na qual o militar seria pretensamente neutro, na visão conservadora de Huntington, é facilmente contraposta à visão de Miliband (1972). Ao estudar os militares como elite, ele percebe que os fardados seguem a tendência das burocracias se tornarem cada vez mais conservadoras. Miliband bem aponta:

Essa imagem de dedicação exclusiva ao “interesse nacional” e as “virtudes de militares” — honra, coragem, disciplina etc. — livre de conotações “partidárias”, tem sido alimentado e fortalecida pelo fato de que os militares, nos países capitalistas avançados, se mantêm em seu conjunto fora da “política”, no sentido de que não estão geralmente envolvidos de maneira direta na parte aberta e visível do processo político daqueles países. Mas também aqui a noção dos militares como alguém não-engajado e não-envolvido ideologicamente é evidentemente falsa. [...] Creio que não vale a pena insistir na afirmação de que os oficiais de alta patente naqueles países têm constituído um elemento profundamente conservador e mesmo reacionário dentro do sistema estatal e na sociedade de modo geral, e ainda que sua origem social, situação de classe e seu interesse profissional os têm conduzido a encarar o caráter e o conteúdo da política “democrática”, com o desgosto, suspeita e às vezes, hostilidade. (Miliband 1972, 159–60)

A partir daqui, temos dois entendimentos: o primeiro é que o apolitismo relacionado aos militares é uma falsa afirmação; o segundo, que é

necessária uma definição mais eficiente em torno do controle civil. Persiste o desafio teórico em avaliar como se opera essa equação política, especialmente quando os militares, aparentemente neutros, estimulados por surtos de profissionalização, são confrontados ou instigados a participar de movimentos e rebeliões.

Em torno apenas do controle civil, a resolução deste impasse configura-se no entendimento das próprias forças armadas como ator político e instituição de Estado. A neutralidade conservadora volta-se para a manutenção da instituição e ao peso da burocracia.

Devemos dissociar o papel dos militares que compõem o alto comando e cuja autoridade influi sobre toda a corporação daqueles que estão na reserva ou que seguem a carreira política. Sem o poder da caneta, esses últimos não exercem controle na tropa. Embora, em determinados contextos, possam ter influência sobre os integrantes da corporação, políticos de origem militar, ou civis militaristas, teriam outra forma de limitação dentro do jogo político, e esta não seria o controle civil.

O controle civil, em nossa abordagem, restringe-se sistematicamente em uma primeira camada de mando hierárquico, o da Presidência sobre o Ministro da Defesa; segue-se com o controle deste sobre o alto comando. Esse grupo de oficiais gerais, em geral mais coeso, é responsável por conduzir a instituição perante o Estado e a sociedade. Sob sua responsabilidade, devem exercer autoridade sobre os demais oficiais que pertencem aos grandes comandos, e a grande parcela que, após 30 ou mais anos de serviço como oficial, não chegou ao generalato. Esse *staff* é importante para neutralizar as tensões internas e os ressentimentos inerentes ao fim da carreira. Neste aspecto, Ambler aponta uma importante correlação:

Os coronéis, que tem mais a ganhar e menos a perder, aparecerem maciçamente na história das revoltas militares tanto nos países ocidentais como nos não-ocidentais. (Ambler 1966, 342).

Então, teríamos duas camadas de controle: a da autoridade civil sobre o alto comando e a do alto comando sobre as parcelas imediatamente subordinadas. A falha em um desses níveis de controle resultaria na erosão de um aspecto central do controle civil: a subordinação às autoridades constituídas.

No sentido weberiano, em que pese as convicções pessoais de cada general, a ética da responsabilidade aponta para as forças armadas como instituição de Estado. Aí residiria a neutralidade. Uma neutralidade que comporta multiplicidade de opiniões, mas regidas pela responsabilidade da condução de uma entidade estatal subordinada a um poder civil escolhido pelo voto e legitimado pela soberania popular. Esta é a perspectiva estadista. Essa percepção de Estado tem dupla função, para fora

da instituição e para dentro dos quartéis. No primeiro aspecto, mantém o enquadramento institucional e republicano dado à Força; no segundo, mantém o enquadramento hierárquico e disciplinar dos militares à norma constitucional.

Superado o impasse no alto comando, atentemos à maneira como se organiza a estrutura institucional, ou seja, como é limitada horizontalmente a autoridade dos militares em relação às demais instituições. Atribuições funcionais das mais diversas podem trazer dilemas em relação à neutralidade ancorada na ética da responsabilidade, principalmente quando o modelo de profissionalismo coloca as forças armadas em atividades que deveriam ser das demais entidades da República. Tais modificações ou desvios acabam naturalizados muito devido à percepção de missão cumprida. A afirmação do profissionalismo acaba se dando pelo cumprimento da missão e não pela profissionalização de fato.¹

PROFISSIONALIZAÇÃO E AUTONOMIA

McCann (1982, 113) afirma que “o profissionalismo de um determinado Exército é relativo às suas missões e à maneira pela qual ele se desincumbe delas, e não uma definição abstrata e universal”. Com isso, a interação com o corpo político e a sociedade pode legitimar missões e objetivos não militares para a instituição, o que, além de afetar a autonomia institucional, fecunda um sentimento militarista.

Nesta interação, há também possibilidade de choques entre a autoridade militar e o mando civil, pois, como ressalta Nunn (2001), todos os exércitos têm missões e papéis internos que os envolvem ou os confrontam às mudanças socioculturais civis. Conforme Nunn (2001,15) aponta, os países do cone sul desenvolveram, ao longo do século XX, o militarismo profissional em vez de profissionalismo militar:

O profissionalismo militar é um estado, uma condição baseada na educação e na especialização, na governança institucional autônoma, no senso de carreira e em uma missão estadista explícita. O militarismo profissional é a disposição e a propensão a fornecer soluções para os problemas de um país – econômicos, políticos, sociais — com base em um *ethos* militar. Esse *ethos*, às vezes chamado de mentalidade ou espírito, é resultado do profissionalismo em conflito com tendências socioculturais civis que são provavelmente mais discerníveis na esfera política dos países mais desenvolvidos da região: os países do Cone Sul.²

Em nossa concepção, seria mais uma tendência que uma expressão totalizante. Interpretamos que há uma tendência militarista que se contrapõe

ou se acomoda à tendência profissional. Se a tendência militarista acaba prevalecendo, seu subproduto não raro é a ampliação da autonomia militar.

As forças armadas são limitadas, como as demais entidades, dentro de um arranjo republicano que caracteriza sua função e seu papel. Conforme define Soares (2006), as forças armadas possuem funções que remetem aos regulamentos, normas e leis pelas quais ela se organiza e se limita. Seu papel, derivado de sua expressão política, pode ser ampliado pela alteração conjuntural ou permanente de suas missões.

A atuação política fora das alçadas exclusivamente militares tende a criar espaços de autonomia militar. Garcia (1995, 315) destaca a autonomia política militar em dois aspectos importantes em relação ao jogo de forças com o poder civil: a) a existência de uma convicção entre os militares que eles podem e devem intervir nas grandes questões nacionais; b) a existência de uma convicção entre os militares de que eles devem e podem atuar, seja através da pressão ou de um golpe de Estado, em um governo constitucional que não seja do seu agrado. Nesse aspecto, se interrelacionam autonomia militar e a cultura militarista.

Para Vagts (1967), o militarismo defende o domínio do militar sobre o civil e a indevida preponderância das questões militares sobre as questões de Estado. Vagts (1967, 17) estabelece que o militarismo floresce mais em tempos de paz do que em tempos de guerra, e não se trata de uma oposição ao pacifismo, mas uma contraparte ao poder civil.³ Além disso, trata-se de uma deturpação do modo militar, ou seja, tende a afetar drasticamente a capacidade de alcançar os objetivos militares.

Em uma definição mais simples, Boer (1980), leitor de Vagts, define o militarismo como o desrespeito dos militares aos limites de suas funções. Como o militarismo não é apenas militar, podemos inserir nesta definição os atores civis. O extravasamento destas funções leva não somente ao intervencionismo militar, mas a reversão da fórmula clausewitziana, na qual os objetivos militares se subordinam à política, ou seja, a razão militar se subordina à razão de Estado (Boer 1980, 82). Há de certa maneira uma origem reacionária nesta visão militar, uma vez que é crítica ao domínio civil e, nesse aspecto, ao controle civil, que cada vez mais se torna hegemônico.

Que aspectos podemos observar nos discursos militaristas no Brasil? A propensão em defender o papel tutelar do Exército como criador e protetor da República; a visão de que as forças armadas são, acriticamente, o fiel da balança da democracia; a percepção de que as instituições militares formam servidores moralmente acima de qualquer suspeita e por isso superiores aos servidores civis; a visão de que os militares formam servidores capazes de realizar qualquer missão, inclusive fora das atribuições militares; a crença de que os militares são os detentores legítimos da nacionalidade e do

senso de patriotismo; por fim, a fé de que são uma espécie de reserva moral da nação, em especial nas crises políticas.

Encerrada a questão da neutralidade em relação ao alto comando, percebida como necessidade estadista, cabe pensarmos, na sociedade brasileira, a ação política dos militares que se situam nos escalões inferiores e na reserva. A discussão segue em direção à oportunidade de representação política, um dos pilares da democracia, sem, contudo, deixar de lado a hierarquia e disciplina nos escalões superiores, na qual governo e Estado se interligam.

A ação política e os militares na redemocratização brasileira — Os militares brasileiros tiveram uma constante participação na política ao longo da República. Ao levarmos em conta a ação política dos militares no período da redemocratização, estabelecemos um leque de possibilidades que podem ser orientadas por reacionarismo, conservadorismo liberal, progressismo liberal e, em menor escala, marxismo. A ação política à qual nos referimos se desdobra em atividades político-partidárias e institucionais, em grupos de pressão política, grupos de interesse, sindicatos, *lobby* etc. Faremos uma breve síntese delas, ressaltando o período da redemocratização até os dias atuais.

Os grupos de pressão política de vocação ideológica — são caracterizados pela ação preponderante de militares da reserva, em geral oficiais, que se organizaram em todo o Brasil para criticar a classe política e os governos constituídos, por estarem descontentes com as mudanças ocorridas na Nova República. Santos (2009) mapeou e destacou o surgimento de mais de 20 grupos de pressão política entre 1984 e 2002.⁴ Com raras exceções, esses grupos de pressão política se caracterizam pelo discurso reacionário de direita, com forte apelo anticomunista, defendem a intervenção militar em crises políticas e a memória da ditadura militar. Refletem uma visão militarista sobre o processo político.

Ao longo dos anos, e com a morte de seus líderes, esses grupos de pressão política foram desativados. Mas cabe ressaltar que, na década de 2000, os grupos Guararapes (Fortaleza), Inconfidência (Belo Horizonte) e Terrorismo Nunca Mais (Brasília e Rio de Janeiro) e o Clube Militar buscavam conquistar coração e mentes entre a sociedade civil e os jovens militares na pregação anticomunista e de crítica contínua aos governos de esquerda. Cabe ressaltar que muitos militares da reserva vinculados a esses grupos foram veteranos do regime militar. O grupo Guararapes, por exemplo, foi organizado por oficiais do extinto Serviço Nacional de Informações.

A existência desses grupos de pressão política de extrema direita se vincula a uma primeira tentativa de organização política desses militares

em um período marcado pela rejeição ao militarismo, a redemocratização. Santos et al. (2022) defendem que o isolamento político desses militares extremistas no sistema político-partidário fez com que os grupos de pressão ainda permanecessem alguns anos como fenômeno político. No entanto, no Brasil, em que pese o enfraquecimento desses grupos, seus discursos ajudaram a criar o imaginário anticomunista para civis e militares.

As associações de caráter patronal — são as associações de militares, criadas em torno da questão salarial e de bem-estar dos militares, e que são lideradas por oficiais intermediários ou praças da reserva. Elas surgem a partir do marco legal da Constituição de 1988. Assim como os grupos de pressão de caráter ideológico, as lideranças dessas associações de militares buscaram a eleição de representantes para o Congresso e estão distribuídas em todo o país.

A Federação das Associações de Militares da Reserva, Reformados e Pensionistas (Famir), com sede em Brasília, foi criada em 17 de setembro de 1989, a partir da união das entidades estaduais e regionais.⁵ As atividades da Famir eram monitoradas pelo Serviço Nacional de Informações e pelo Centro de Inteligência do Exército.⁶

No Relatório Periódico Mensal 09/89 do CIE, disponível no Arquivo Nacional, o chefe do Centro, general Sérgio Augusto Avellar Coutinho, se refere à FAMIR como uma iniciativa desastrada, que pode “desprestigiar a autoridade dos chefes militares e criar lideranças informais e hierarquias paralelas”. Ele também cita que seus fundadores, o tenente Antonio de Souza Garcia e o subtenente Antonio Ruy Telles dos Santos, haviam disputado e perdido as eleições para deputado federal pelo PDS. E criticou a presença do então vereador Jair Bolsonaro (RJ), no ato de fundação de federação, por não esconder o “interesse eleitoreiro de tornar-se deputado federal” (Ministério do Exército 1989).⁷

Na Informação 204S/102-A8, de 18 de abril de 1990, o CIE comunica ao Estado Maior das Forças Armadas o fato de a Famir receber denúncias de irregularidades dentro do Exército e de que a imprensa estaria procurando os líderes sindicais para dar opiniões sobre a administração da Força Terrestre (Ministério do Exército 1990).

Em maio de 1997, a Famir foi extinta, e as associações passaram a se nuclear na Confederação das Associações da Família Militar (Confamil). A nova organização permitiu a entrada de associações de policiais, e se tornou o principal canal de interlocução dos militares da reserva com as forças armadas e o Congresso.⁸

Nos anos 2000, surge no Rio Grande do Norte a Associação de Praças do Exército Brasileiro. Composta inicialmente por cinco praças com formação universitária, a APEB buscava democratizar o Exército, “especial-

mente as relações hierárquicas, procurando ter acesso e participar das decisões administrativas [...] levando em conta a Constituição de 1988”, cujos direitos deveriam ser incorporados nas relações cotidianas (Cunha 2020). Em 2012, a APEB acabou sendo extinta por decisão judicial.⁹

PARTICIPAÇÃO DE MILITARES EM PARTIDOS POLÍTICOS

Ao analisar os dados do Tribunal Superior Eleitoral e documentos desclassificados do Arquivo Nacional, podemos esquadrihar a multiplicidade da participação dos militares na política partidária. Mesmo que o número de candidatos que concorram a cada eleição seja pequeno em relação ao efetivo das forças armadas, em todas as eleições foram registrados candidatos de origem militar.

Com base em dados do Tribunal Superior Eleitoral (TSE), podemos afirmar que, desde a redemocratização, militares da ativa e da reserva têm buscado participar da política partidária em quase todos os partidos. A maior parte das candidaturas são realizadas por militares da reserva. A participação de militares da ativa, mais restrita, é regulamentada pelo parágrafo 8º do artigo 14 da Constituição Federal e pela Resolução 22156/2006 do Tribunal Superior Eleitoral (TSE). Podemos perfilar, sem maior pretensão, apenas para exemplificar, a participação de militares em alguns tópicos:

1) *Militares que se filiaram a partidos progressistas e de esquerda* — o capitão Luís Carlos Prestes, cuja história se confunde com a história do Partido Comunista Brasileiro (PCB), viria a se tornar presidente de honra do Partido Democrático Trabalhista (PDT); Milton Temer, tenente cassado no regime militar, se tornou quadro importante do Partido dos Trabalhadores no Rio de Janeiro nas décadas de 1980 e 1990, vindo a ser um dos fundadores do Partido Socialismo e Liberdade (PSOL) na década seguinte;

2) *Militares que se filiaram aos partidos conservadores* — no espectro ideológico oposto, alguns militares orgânicos ao regime militar, como o coronel Jarbas Passarinho, fundador do Partido Democrático Social (PDS), ou o major Sebastião Curió (PDS) mantiveram suas carreiras políticas na redemocratização. Outros, como o capitão Jair Bolsonaro, começaram a carreira em partidos ultraconservadores e minoritários, como o Partido Democrático Cristão (PDC);

3) *Militares que tentaram criar o próprio partido* — Entre os militares da reserva, algumas iniciativas para representação política redundaram na criação de partidos políticos ainda na redemocratização. Em 1981, o general da reserva Eleutério Brum Ferlich redigiu o programa políti-

co do Partido Nacionalista Cooperativo,¹⁰ legenda que mudaria o nome para Partido Social Trabalhista (PST) em 1985 e Partido Trabalhista Cooperativo (PTC) em 1992.¹¹

Em 1992, o coronel da reserva Péricles da Cunha fundou o Instituto Catavento, no qual buscou lançar seu programa político e concorrer às eleições. Em seu programa, ele defendia o papel das forças armadas na construção do país e na diminuição dos bolsões de pobreza, criticando inclusive o seu uso na segurança pública (Santos 2009).

Nas eleições municipais de 2004, foi criado o movimento Capitanismo, liderado pelo capitão da ativa Luís Fernando Ribeiro de Sousa, que procurou eleger militares da ativa para as câmaras municipais e o Congresso. Era formado por jovens oficiais que se identificam com o governo Lula e com os movimentos sociais, mas não chegou a se tornar um partido (Cunha 2020, 158). O capitão Luís Fernando Ribeiro de Sousa foi alvo de procedimentos disciplinares e assim como outros candidatos a vereador pelo movimento, que acabaram sendo transferidos a outras unidades.

Após as eleições de 2010, surge o projeto do Partido Militar Brasileiro, organizado por integrantes da Polícia Militar do Estado de São Paulo e com perfil de centro-direita. O capitão da ativa Augusto Rosa,¹² líder do movimento, não logrou a criação oficial do partido e acabou se filiando ao Partido da República, mais tarde migrando para o Partido Liberal.

4) *Militares que tentaram concorrer à presidência da República* — Nas eleições de 1994, o almirante da reserva Hernani Fortuna, ex-comandante da Escola Superior de Guerra, concorreu pelo Partido Social Cristão (PSC) à presidência. O tenente-brigadeiro da reserva Ivan Frota se candidatou para disputar a presidência pelo Partido Social Democrático (PSD) em 1994, e pelo Partido da Mobilização Nacional (PMN) em 1998. Caldeira Neto (2016) mostra como Partido da Reconstrução Nacional (Prona), liderado por Enéas Carneiro,¹³ e que contava com o almirante da reserva Roberto Gama e Silva¹⁴ como seu vice, buscou o apoio de militares da ativa e da reserva para a consolidação da campanha. A verve polemista e nacionalista de Enéas o ajudou a obter o terceiro lugar nas eleições de 1998.

O Prona, em que pese o apoio de alguns militares, não se tornou o partido representante dos militares brasileiros. As opções dos militares nas eleições majoritárias se vinculavam aos candidatos mais competitivos da época, em geral civis.

Analisaremos agora a radicalização que transformou a politização dos militares em partidarização.

POLARIZAÇÃO E MILITARISMO: TENSÕES NO GOVERNO LULA

Paralela às disputas político-partidárias dos fardados, da qual não resultava em aprovação do eleitorado, as relações civis e militares na década de 2000 são gradativamente afetadas pela radicalização, que terá efeitos cruciais dentro das forças armadas. Naquele contexto, Santos et al. (2008) destacam como o velho, baseado na retórica militarista e anticomunista pregadas por grupos de pressão política formados por militares da reserva, e o novo, amparado no profissionalismo e na voz institucional, estavam presentes nas relações civis e militares nos governos da Nova República:

Estes grupos direcionam seu descontentamento em relação ao Estado de Direito, sempre atentos ao que qualificam como desrespeito a determinadas “prerrogativas militares”. Essas entidades elegeram, no confronto com o “discurso oficial”, como principal referência, o discurso dos governos militares. O discurso oficial, em geral, valoriza, oficial e formalmente, a hierarquia e a disciplina, assim como a lealdade e a obediência das forças armadas às instituições e processos democráticos. O segundo, ao contrário, revela descontentamento com o status quo. (Santos et al. 2008, 1).

Em que pese a dissonância entre militares da reserva e a instituição, houve também algumas polêmicas envolvendo oficiais da ativa e o governo. Relembrando a obra de Hirschman (1973), *Saída, voz e lealdade*, a insatisfação não era mais traduzida pelos que saíram, mas aqueles que ficaram e usaram a voz. Martins Filho (2010) aponta quatro tensões presentes no governo de Luís Inácio Lula da Silva:

1) o que resultou na queda do ministro José Viegas, ao final do segundo ano do primeiro mandato de Lula; 2) o que levou à ascensão do ex-presidente do Supremo Tribunal Federal, ministro Nelson Jobim, à pasta da Defesa, em julho de 2007; 3) aquele que se deu em torno da entrega de três jovens moradores de uma favela do Rio de Janeiro a traficantes, por um tenente do Exército; 4) a crise em torno da implementação da reserva indígena Raposa Serra do Sol (RR).

A crise em torno da reserva Raposa Serra do Sol, em Roraima, teve como um dos protagonistas o general Augusto Heleno Ribeiro, que fez críticas públicas sobre a política indigenista. As alegadas razões de segurança nacional trazidas pelo general pareciam levar mais em conta os rizicultores que as comunidades indígenas.

A região amazônica passou a se constituir, na década de 1980, em um potencial teatro de operações para os militares em caso de invasão estrangeira, dando às forças armadas nova missão e identidade com o fim da

Guerra Fria. Na concepção de vários militares da reserva, os movimentos indígenas e a criação das reservas com a Constituição de 1988 são interpretados como resultado da manipulação de atores externos que desejam a internacionalização da Amazônia. Podemos ver a defesa desta tese em relatórios e documentos confidenciais do Estado Maior das Forças Armadas da década de 1980,¹⁵ no pedido para anular a demarcação de terra de autoria do então deputado Jair Bolsonaro em 1992, e no livro do general Carlos Alberto Lima Menna Barreto, *A Farsa Ianomami*, publicado em 1995.

Em um contexto profissional militar, a questão sobre a Amazônia se desdobraria na defesa de seus habitantes e no melhor meio para provê-la. No militarismo profissional, a lógica se inverte: o negacionismo impele ao não reconhecimento da cidadania, e, por sequência, a não efetivação da defesa como bem comum. Esse militarismo, por natureza reativo, será a base da partidarização dos militares.

RADICALIZAÇÃO NO GOVERNO DILMA — A ASCENSÃO DO MILITARISMO

A eleição para a Presidência entre Dilma Rousseff, do Partido dos Trabalhadores (PT) e Aécio Neves, do Partido da Social-Democracia Brasileira (PSDB) em 2014, foi considerada até então a mais disputada da Nova República.¹⁶ O quarto mandato consecutivo do PT acabou se tornando uma vitória de Pirro: o fortalecimento de novos atores, e realocação de antigos aliados (PMDB) na correlação de forças do Congresso, e o espectro da operação Lava-jato erodiram as bases do presidencialismo de coalizão. Além disso, novas forças dentro da direita tradicional começam a tomar espaço: a extrema-direita e, com elas, um perfil de militares que repercute mais o velho que o novo.

A propaganda anticomunista feita por grupos de pressão política de militares de extrema-direita, como o Terrorismo Nunca Mais (Ternuma), o Inconfidência e o Clube Militar, já havia chegado à imprensa e aos quartéis nas eleições de 2010. Houve campanha em diversas frentes para desacreditar o Plano Nacional de Direitos Humanos, que previa a instauração de uma Comissão Nacional da Verdade. A prédica alimentará a reação dos militares da reserva e, mais tarde, os da ativa, ao controle civil (Santos 2015, 106).

A radicalização política que retroalimenta o bolsonarismo guarda um primeiro ensaio nas jornadas de 2013. Multifacetados, os protestos trouxeram não somente demandas da nova esquerda, como deram à nova e a velha direita as ruas como espaço da representação política e a possibilidade de que diferentes setores se unissem em uma causa comum, a der-

rubada do governo. A revelação dos esquemas de corrupção no caso do Mensalão, dos grandes jogos e da Lava-Jato abalaram a imagem do partido dos Trabalhadores como representante de uma nova forma de fazer política e sua luta por hegemonia.

Com o desgaste do ciclo econômico, novas forças sociais, do empresariado de São Paulo ao Movimento Passe Livre, apostaram suas fichas na pressão ao governo. Nessa nova teia de atores, a politização espraia-se como fenômeno entre os civis e militares, com efeitos nos três poderes. Diante do quadro de crise permanente, não somente o ativismo militar, como também o ativismo judicial, passam a extrapolar limites.

Ainda naquele ano são observados os primeiros protestos que defendiam a intervenção dos militares na política. Eles se tornam cada vez mais frequentes e obtêm adesão da população, a tal ponto que uma pesquisa realizada em 2015 indicou que 36% dos entrevistados eram a favor do *impeachment* e da intervenção militar (Penteado and Lerner 2018). Assimilado pelo público civil, o militarismo agora poderia fazer parte da retórica dos candidatos nas eleições.

Além das ruas, a novidade é o uso massivo de algoritmos para criação de bolhas ideológicas, um fenômeno global com forte repercussão na polarização política, e o avanço da extrema direita. Nas mídias sociais, páginas como a *Folha Política*,¹⁷ *Movimento Contra a Corrupção* e *TV Revolta* incutiam, com *fake news*, o antipetismo, e buscavam mitigar o papel dos meios de comunicação tradicionais. Esses sites se irradiam nas redes sociais e se tornam os novos mediadores da informação que chega aos militares. Ademais, a distorção, manipulação do noticiário e criação de *fake news*, essas plataformas serviram para mobilização da campanha de políticos da extrema-direita¹⁸ (Locatelli 2018).

A disseminação de mensagens nas redes sociais atingiu também os militares. A pouca diferença do uso pessoal para o uso como profissional aproximou os militares da prática política de contestação pública ao governo. Houve demora para os comandantes estabelecerem os limites da manifestação política de seus subordinados pelas redes sociais. A latência em regulamentar colaborou para criar consenso e coesão internos para legitimar a derrubada Dilma Rousseff e barrar um terceiro mandato de Lula em 2018. Sem dúvida, a mobilização nas redes sociais afetou a hierarquia e a disciplina. Apenas em 2019, já no mandato Bolsonaro, foi assinada a Portaria 196/19, do Estado Maior do Exército, que regulamentou o uso das redes sociais.

Ainda em 2013, em dezembro, o então deputado Jair Bolsonaro visita a Academia Militar das Agulhas Negras e grava o anúncio de sua campanha para as eleições presidenciais, sendo acolhido pelos cadetes. Contrariando

o Estatuto dos Militares, o parlamentar faz um discurso político dentro da organização militar, e promete acabar com a esquerda, custe o que custar.

No ano seguinte, o general Sergio Etchegoyen, na ativa, criticou publicamente o relatório da Comissão Nacional da Verdade, declarando-o como leviano e patético. Entre os militares da reserva, os clubes militares já vinham se posicionando contra a instauração da comissão. A Comissão Nacional da Verdade acabou por unir os militares críticos ao governo Dilma, tanto pela percepção de revanchismo quanto pelo ressentimento que nutriam em relação à Nova República.¹⁹ Embora seja a importante para a democracia e para o controle civil o trabalho da CNV, naquele contexto o relatório acabou aproximando a extrema direita dos militares.²⁰

O segundo mandato de Dilma é encerrado com um processo de impeachment.

MICHEL TEMER E A RETA FINAL DO PROJETO MILITARISTA

Com a assunção de Michel Temer, a pasta da Defesa passa a ser ocupada, pela primeira vez, por um oficial, o general Joaquim Silva e Luna. O mandato interino de Temer é marcado pela proeminência dos militares em funções civis e pela intervenção federal na segurança pública do Rio de Janeiro. Esse processo já havia se iniciado no governo Dilma, seja pela longa duração das Operações de Garantia da Lei e da Ordem no Rio de Janeiro, durante a Copa do Mundo e os Jogos Olímpicos (34 meses), seja com o aumento de militares em funções civis no governo.

Como parte das tendências militaristas afetam o profissionalismo castrense, é ao longo deste período de reação que a atuação dos militares brasileiros será voltada para dentro, por meio das intervenções federais nos Estados e a decretação das Operações de Garantia da Lei e da Ordem, que vão servir como palanque para o novo projeto de poder. A intervenção federal no Rio de Janeiro em 2017 ficará a cargo do general Walter Braga Netto, um importante aliado de Bolsonaro.

Não obstante, na política externa, o país muda o rumo, voltando-se para dentro: o Brasil se retira da Missão de Estabilização do Haiti (Minustah) em 2017. Diante da situação de crise na Venezuela, o presidente Temer, por meio dos decretos 9.285, 9.286 e 9.483/2018, dá as bases para criação da Operação Acolhida, uma Força-Tarefa com apoio da ONU para acolher migrantes venezuelanos em Pacaraima, Roraima, algo inédito no Brasil. Essa operação será comandada pelo general Eduardo Pazuello, homem de confiança de Bolsonaro. Dois anos depois, já no governo Bolsonaro, o Brasil encerra sua participação na Força Interina das Nações Unidas no Líbano (Unifil).²¹

O general Eduardo Villas Boas, que havia assumido o mais alto posto em 2014, desempenhará papel ambíguo. Oficial de perfil carismático e ponderado nos primeiros anos como comandante do Exército, passa a utilizar cada vez mais as redes sociais, com o apoio do general Rego Barros, para projetar a corporação junto à imprensa. Em abril de 2018, ele coloca de vez a instituição no vértice da radicalização política e da partidarização, quando publica uma mensagem nas redes sociais subliminarmente contrária ao julgamento do *habeas corpus* ex-presidente Lula no STF, no contexto da Operação Lava-Jato.²² Com a confirmação da prisão de Lula, ocorrida dias depois, o líder das pesquisas de opinião deixa de ser o ex-presidente e passar a ser um velho conhecido dos militares, o deputado Jair Bolsonaro.

Uma combinação de proximidade geracional, experiências compartilhadas nos cursos de Paraquedismo, Forças Especiais e Educação Física, permitiu a Bolsonaro a adesão de importantes oficiais contemporâneos de sua época na AMAN para formar seu suporte institucional e seu apoio no Congresso. Um desses oficiais, pelo qual não nutria muita amizade, mas que havia servido junto com ele no 8º Grupo de Artilharia de Campanha, usará prédica militarista para se lançar na corrida presidencial. Com o apoio do Clube Militar e de outros contemporâneos, o general Hamilton Mourão se reaproximará do capitão Bolsonaro para fazer parte da chapa que concorre às eleições de 2018. A hierarquia militar e os ressentimentos serão postos de lado, em prol das eleições (Santos 2021).

Durante a campanha, uma série de questões mostram o grau de permissividade à ação política dentro dos quartéis. O tenente-coronel Luciano Lorenzini Zucco, candidato a deputado federal pelo Rio Grande do Sul, grava o vídeo de campanha ao lado do general Mourão, candidato a vice-presidente, nas instalações da Secretaria de Finanças do Exército em Brasília. Ambos fardados, fazem campanha dentro de uma organização militar (Deputado Zucco 2018). Na campanha de Zucco, réplicas de caminhões militares, trazidas por colecionadores, são utilizadas em carreatas, transformando a atividade de campanha em um desfile militar. Antes de se tornar candidato, Zucco havia atuado como coordenador do Gabinete de Segurança Institucional da Presidência da República, no mandato de Dilma Rousseff (Marzullo 2023).

Deputados da base bolsonarista, como o subtenente Hélio Lopes e a sargento Alana Passos, ambos da Brigada Paraquedista, no Rio de Janeiro, gravam mensagens com o uniforme de serviço (Sociedade 2019). As irregularidades em relação ao Estatuto nunca foram punidas. Dois anos depois, também no Rio de Janeiro, a tenente coronel Andrea Firmo, vice de Marcelo Crivella, utilizaria em sua foto de campanha a farda de observado-

ra militar das Nações Unidas, criando não apenas um novo constrangimento ao Exército, mas o protesto formal das Nações Unidas (Gielow 2020).

Essa permissividade pode estar relacionada à adesão de parte do alto comando que fizeram parte do *staff* do general Villas Boas. O coronel da reserva Marcelo Pimentel (2021) pontua como esses oficiais acabaram sendo beneficiados no governo Bolsonaro:

Entre os 17 generais-de-exército da 304ª RACE²³ em 2016, todos hoje na reserva, há um vice-presidente, quatro ministros de estado, um ministro do Superior Tribunal Militar, um embaixador, três presidentes de empresas estatais, um presidente de fundo de pensão estatal, um secretário de segurança pública, três secretários-executivos ou similares e somente dois que não exercem funções de características políticas. (Pimentel 2021, 126)

Embora os quatro mandatos do Partidos dos Trabalhadores tenham sido marcados pelo aumento salarial, investimento, internacionalização dos militares e modernização do equipamento, o que melhoraria o profissionalismo da tropa, é também neste período que notamos a reação dos militares ao status quo. A fórmula de Huntington sobre o controle civil objetivo vai perdendo efetividade, pois um aspecto essencial deixou de funcionar, o apoio da oposição às soluções democráticas. As forças armadas, partidariadas pela extrema-direita são a base do novo projeto de poder.

O BOLSONARISMO E O MILITARISMO

O crescimento da popularidade de Bolsonaro tem profunda relação com a recuperação do discurso militarista e anticomunista, e nesse aspecto, Bolsonaro mais repetiu os chavões das entidades de militares da reserva e de novos grupos extremistas civis do que criou um discurso próprio. Para se ter uma ideia, é apenas em 1995, como parte da reação de militares da reserva à criação da Comissão de Mortos e Desaparecidos no governo Fernando Henrique Cardoso, que o então deputado Jair Bolsonaro, parlamentar em seu segundo mandato, passa a fazer discursos em defesa do regime militar.

O oportunismo também estará presente nas jornadas de junho de 2013. Naquela época, a equipe de Bolsonaro já contava com o apoio dos filhos Flávio Bolsonaro, então deputado estadual (RJ); Carlos Bolsonaro, vereador (RJ); e Eduardo Bolsonaro, então escrivão da Polícia Federal. O clã havia entendido como capitalizar o ressentimento de parte da classe média em uma nova face da direita. Já em junho, quando os protestos ganham força, a equipe centraliza os vários perfis do aplicativo Facebook em uma

única página de divulgação de apoio a Bolsonaro. A capilaridade do clã na extrema-direita, numa base de militantes que abrange evangélicos, católicos, militares e policiais, acelerou o processo de fortalecimento da imagem de Jair Bolsonaro. Uma mistura de reacionarismo intergeracional, neoliberalismo e ressentimento ajudaria a projetá-lo como opção da direita. A assessoria dos filhos sem dúvida parece ter permitido a atualização do reacionarismo para novas plataformas, chegando ao público mais jovem. Visto por muito tempo como um parlamentar extremista, com apoio apenas de seus eleitores e isolado de seus colegas congressistas, Bolsonaro passa a ser a opção das direitas em relação ao Partido dos Trabalhadores.

Com Bolsonaro e Mourão, a chapa vencedora das eleições de 2018 conformada pelo Partido Social Liberal (PSL) e Partido Renovador Trabalhista Brasileiro (PRTB), nucleou a emergente extrema direita, neoliberais e militares. O PSL sozinho conseguiu eleger 39 dos 71 militares que passaram a ser parlamentares das assembleias estaduais e do Congresso. Mas havia também, na informalidade, o que Pimentel (2021), crítico à politização das fileiras, deduz como a existência de um verdadeiro partido militar, caracterizado por aspectos como organização, base ideológica, base militante etc.

O “partido militar”, que baliza o fenômeno da politização dos militares, apresenta praticamente os mesmos elementos de um partido político tradicional: memória histórica e vocação institucional; base ideológica; pautas de interesse coletivo e corporativo específico; direção “partidária” encarregada da distribuição de poder; controle do governo em direção, sentido e intensidade; quadros “partidários” — formação de lideranças; e base eleitoral e militante. (Pimentel 2021, 128).

O bolsonarismo tem vinculação direta com o militarismo. Vejamos pelos seguintes aspectos: ressentimento aos civis, a defesa do regime militar, a crença de que os militares são superiores aos civis e que as forças armadas são as intérpretes do patriotismo. A despeito destas características o bolsonarismo agrega mais dois elementos: carisma e culto à personalidade.

Com seu estilo de governar, até então desconhecido de boa parte do público, Bolsonaro aposta no tensionamento das instituições e na construção de uma imagem messiânica. Este tensionamento produziu impactos nas forças armadas, tratadas não como instituições de Estado, mas instituições de governo.²⁴

Aqui retomamos a chave weberiana na qual o carisma tende ao choque com os marcos da racionalidade legal burocrática. Por outro lado, o militarismo profissional e o bolsonarismo incrementaram a militarização da burocracia. Durante o mandato de Jair Bolsonaro, conforme relatório do

Tribunal de Contas da União, havia mais de 6 mil militares em outros órgãos do governo (Schmidt 2022). Tal fator agrega à tendência carismática um forte componente de dominação estamental, pois não somente houve ampliação da participação dos militares na máquina pública, como os valores da caserna passaram a ser incorporados a iniciativas como as escolas cívico-militares.

As relações civis e militares no governo Bolsonaro, em que pese as afinidades ideológicas entre o governo e o alto comando, também registraram tensões. Na primeira camada de controle civil, entre o presidente, o ministro da Defesa e a alta cúpula militar, o profissionalismo, o militarismo e o bolsonarismo entraram em choque. A atuação controversa do general de divisão Eduardo Pazuello no ministério da Saúde e a participação deste oficial da ativa em palanque eleitoral criou um sinal vermelho para alguns militares.

Esse choque resultou na saída do ministro da Defesa, general Fernando Azevedo e Silva, e dos demais comandantes militares em 2021. O general Azevedo defendia a preservação das já politizadas forças armadas como instituição de Estado, diante das pressões de Bolsonaro. O general Pujol, comandante do Exército escolhido por Bolsonaro, em diferentes momentos havia se pronunciado contra a entrada da política na instituição, foi exonerado antes do final do mandato do presidente, seguido, por consideração, pelos comandantes da Marinha e da Aeronáutica. As divergências eram sutis, mas basta lembrar que, diante da pandemia da Covid-19, Pujol declarou publicamente que controlar os efeitos da pandemia era a missão mais importante da sua geração, contrastando com o presidente que no mesmo dia afirmou em cadeia nacional que a Covid-19 era “uma gripezinha”.

O controle civil da segunda camada, ou seja, institucional, passou por debilidades. No campo ético, a convicção entra em choque com a responsabilidade, com prejuízo da última. Estar ao lado do presidente significava não ser o inimigo. Oficiais apoiadores de Bolsonaro em 2018 e que criticavam a politização das forças armadas foram afastados do governo, como os generais Rego Barros e Santos Cruz. Outros, na reserva, que já o contestavam desde as eleições, foram punidos.

Tanto na época de parlamentar quanto nas eleições de 2018, Bolsonaro difundiu uma teoria conspiratória em relação às urnas eletrônicas, defendendo a ideia de que fosse impresso um comprovante do voto em papel. A retomada dessa retórica nas eleições de 2022 se interliga com o retorno do rival Luiz Inácio Lula da Silva, e com o péssimo resultado de seus aliados nas eleições municipais de 2020.

Em geral, no Brasil, as eleições municipais seguem uma lógica de alianças e coligações diferentes das eleições gerais, mas foi notável a derrota de

aliados do presidente em várias cidades, entre elas, Recife, Rio de Janeiro e São Paulo (Reis 2020). O recuo do bolsonarismo, muito devido à desastrosa política de saúde em relação à pandemia de Covid-19, foi o sinal de alerta para o governo.

Como instrumento de Bolsonaro, e sob sugestão do almirante Almir Garnier, em agosto de 2021 tropas da Marinha foram mobilizadas em um desfile na Esplanada dos Ministérios para pressionar o Congresso e o Superior Tribunal Federal em torno do voto impresso. No ano seguinte, Bolsonaro utilizou todo o aparato militar para transformar o feriado cívico de 7 de setembro e a comemoração dos 200 anos da independência do Brasil em palanque eleitoral.

O incentivo à radicalização continua nos últimos meses de mandato, quando o ministro da Defesa, general Paulo Sérgio Nogueira de Oliveira, encampa a hipótese de fraude eleitoral das urnas eletrônicas. Embora o relatório técnico inicial feito por militares que compunham a comissão designada pelo TSE não identificasse vulnerabilidade das urnas, o ministro optou por divulgar o relatório dias depois junto com um ofício, no qual cita que “não é possível afirmar que o sistema eletrônico de votação está isento da influência de um eventual código malicioso que possa alterar o seu funcionamento”. (Ministério da Defesa 2022)

Além disso, antes e durante o pleito eleitoral, os quartéis se tornam acampamento de militantes que discordaram do resultado eleitoral. Em várias estradas, bloqueios impediam a circulação de pessoas e mercadorias. O clima de caos ganhava escala nacional. Na percepção bolsonarista, as condições para a pressão e para o golpe pareciam dadas.

Porém, tendências conflitantes sobre o profissionalismo militar no alto comando, somada às condições de legitimidade do rival político Lula da Silva, que havia vencido as eleições, a pressão internacional e institucional dos demais poderes da República acabaram impedindo a quebra institucional. A tentativa de golpe no 8 de janeiro reverteu qualquer possibilidade de apoio. O que se segue agora, mais de um ano depois da tentativa bolsonarista, é a lenta e desconfiada reconstrução do controle civil.

CONCLUSÃO

Observamos, na redemocratização, várias formas de ação política dos militares da ativa e da reserva, como os grupos de pressão política, associações sindicais e a participação de militares em partidos políticos. Mostramos ao longo do artigo o ressurgimento do militarismo brasileiro, inicialmente como reação ao controle civil exercido nos governos do Partido dos Trabalhadores.

Resultado de uma transição tutelada com ausência de uma justiça de transição, as críticas de militares sobre a política de direitos humanos e a política de memória foram constantes nos governos Fernando Henrique Cardoso, Luiz Inácio Lula da Silva e Dilma Rousseff. Ao menos duas percepções são notáveis na retórica dos militares. A primeira se baseia na existência da lei de Anistia para encerrar a possibilidade de julgamento dos militares que torturaram e mataram os militantes da guerrilha armada; a segunda resulta em amálgama, na verdade em quimera, quando se mistura a imagem dos militares que cometeram estes crimes com a instituição.

A manutenção deste discurso é garantida tanto por laços corporativos, valores em comum, militarismo profissional, anticomunismo, como também pela ausência de uma justiça de transição mais assertiva — algo que só pode ser feito em condições efetivas de controle civil. Embora nos governos anteriores houvesse tensões militares, entendemos que a ascensão política de Bolsonaro e dos militares de sua geração tem profunda relação com a reação ao controle civil, mesmo lidando com as limitações de sua efetividade.

O militarismo que ressurge nesse período coloca as forças armadas voltadas para dentro. O discurso anticomunista recria o velho inimigo interno, o uso deliberado das redes sociais erode as hierarquias social, de informações e institucional. Se o controle civil é republicano e democrático, a resposta bolsonarista tem enunciado neoliberal e subtexto autoritário, tensionando os limites e o decoro institucionais.

Embora Bolsonaro buscasse utilizar as forças armadas para uma ruptura institucional, houve episódios ainda não totalmente esclarecidos de não aderência ou até mesmo resistência por parte da cúpula e do alto comando. Essa primeira resistência pode ser notada em 2021 com a saída do general Azevedo e Silva do ministério da Defesa e dos demais comandantes das Forças.

A trama golpista que envolve a denúncia de manipulação eletrônica e chega até a tentativa de golpe em 8 de janeiro tem a conivência e a insistência de integrantes da cúpula e da base militante do partido militar. Ancorado no culto, na mitologia e não no profissionalismo militar, o militarismo profissional vinculado a Bolsonaro produziu um dos efeitos mais prejudiciais à imagem, hierarquia e disciplina das forças armadas brasileiras. Mas também ali, de certa forma, a tragédia poderia ter sido ainda pior se não houvesse um mínimo de controle civil sobre os militares, e de controle dos militares do alto comando sobre a cadeia hierárquica.

REFERÊNCIAS

Fontes documentais

Ministério da Defesa. Gabinete do Ministro. 2022. Ofício nº 29126/GM-MD, de 9 de novembro de 2022. www.gov.br/defesa/pt-br/aceso-a-informacao/outros/atuacao-das-forcas-armadas-em-apoio-ao-tse-no-aprimoramento-da-seguranca-e-transparencia-do-processo-eleitoral/documentos/oficio-do-ministro-da-defesa-e-relatorio-das-forcas-armadas-1.pdf.

Ministério do Exército. Gabinete do Ministro. 1989. Centro de Inteligência do Exército. Relatório Periódico Mensal nº 09, de 25 de outubro de 1989. Arquivo Nacional, Fundo Estado Maior das Forças Armadas. sian.an.gov.br. Código de Referência: BR DFANBSB 2M.0.0.44, v.3.

Ministério do Exército. Gabinete do Ministro. 1990. Centro de Inteligência do Exército. Informação nº 204 S/102-A-8-CIE. 17 de abril de 1990. Associação dos Servidores Militares da Reserva Remunerada, Reformados e Pensionistas das Forças Armadas E Auxiliares (Asmir) e Federação das Associações (Famir). Arquivo Nacional, Fundo Estado Maior das Forças Armadas. sian.an.gov.br. Código de Referência: BR DFANBSB 2M.0.0.0025, v.5.

Serviço Nacional de Informações. 1983. Partido Nacionalista Cooperativo, PNC. Arquivo Cronológico de Entrada 8295/83. sian.an.gov.br. Código de Referência: BR DFANBSB V8.MIC, GNC.CCC.83008295.

Serviço Nacional de Informações. 1986. Estudo nº 007. *A Questão Indígena e os Riscos para a Soberania e a Integridade do Território Nacional*, de 30 de maio de 1986. sian.an.gov.br. Código de Referência: BR DFANBSB V8.MIC, GNC.AAA.87060209.

Tribunal Superior Eleitoral. Resultados eleitorais. www.tse.jus.br/eleicoes/resultados-eleicoes.

Bibliografia

Ambler, John Steward. 1966. *The french army in politics 1945-1962*. Columbus: Ohio State University Press.

Barbosa, Jefferson Rodrigues et al. (Ed.). 2018. *Militares e Política*. São Paulo: Expressão Popular.

Boer, Nicolas. 1980. *Militarismo e clericalismo em mudança*. São Paulo: T. A. Queiroz Editor.

Castro, Celso (Ed.). 2021. *General Villas Bôas: conversa com o comandante*. Rio de Janeiro: FGV Editora.

Caldeira Neto, Odilon. 2016. “Nosso nome é Enéas!: Partido da Reedificação da Ordem Nacional (1989-2006)”. Tese (doutorado) — Universidade Federal do Rio Grande Sul.

Costa, Arthur Maranhão Trindade da. 1998. O lobby militar e as relações civil-militares durante a Assembleia Nacional Constituinte. Dissertação (mestrado) — Universidade de Brasília.

Cunha, P. R. R. 2020. *Militares e Militância*. São Paulo: Editora Unesp.

Garcia, Prudencio. 1995. *El drama de la autonomia militar, Argentina bajo las juntas militares*. Madri: Alianza Editorial.

Gielow, I. 2020. “Farda da vice de Crivella gera mal-estar na ONU e apuração no Exército”. *Folha de S. Paulo* (Set.). www1.folha.uol.com.br/poder/2020/09/farda-da-vice-de-crivella-gera-mal-estar-na-onu-e-apuracao-no-exercito.shtml.

Deputado Zucco. 2018. “General Mourão e Tenente-Coronel Zucco em Brasília” (Jun.). Youtube, 1min22s. www.youtube.com/watch?v=Xy72TaTJ1xA.

Hirschman, Albert Otto. 1973. *Saída, Voz e Lealdade — Reações ao declínio de firmas, organizações e estados*. São Paulo: Ed. Perspectiva.

Huntington, Samuel. 1975. *A ordem política nas sociedades em mudança*. Rio de Janeiro; São Paulo: Forense Universitária; Edusp.

Huntington, Samuel. 1996. *O soldado e o Estado. Teoria e política das relações entre civis e militares*. Rio de Janeiro: Bibliex.

Locatelli, P. 2018. “Partido do pré-candidato general Mourão financiou empresa que mantém site de fake news *Folha Política*”. *Intercept Brasil*. www.intercept.com.br/2018/07/11/folha-politica-fake-news-prtb-boatos.

Martins Filho, J. R. 2010. “Tensões militares no governo Lula (2003-2009): a pré-história do acordo com a França”. *Revista Brasileira de Ciência Política*: 283–306.

Marzullo, L. 2023. “De segurança de Dilma e Lula a amigo de Mourão: saiba quem é o presidente da CPI do MST”. *O Globo* (Maio). oglobo.globo.com/politica/noticia/2023/05/de-seguranca-de-dilma-e-lula-a-amigo-de-mourao-saiba-quem-e-o-presidente-da-cpi-do-mst.ghtml.

McCann, Frank Daniel. 1982. *A nação armada*, Recife: Editora Guararapes.

Miliband, Ralph. 1972. *O Estado na sociedade capitalista*. Rio de Janeiro: Zahar Editores.

Nunn, Frederick M. 1975. “Effects of European Military Training in Latin America: The Origins and Nature of Professional Militarism in Argentina, Brazil, Chile, and Peru, 1890-1940”, *Military Affairs* 39, no. 1: 1-7 (Fev.).

Nunn, Frederick M. 2001. “Foreign Influences on the South American Military: Professionalization and Politicization”. In *The Soldier and the State in South America Essays in Civil-Military Relations*, edited by P. Silva. New York: Palgrave MacMillan.

Penteado, Claudio Luís de Camargo, and Celina Lerner. 2018. “A Direita na Rede: Mobilização *online* no *impeachment* de Dilma Rousseff”. *Debate* 10, no. 1: 12-24 (Abr.). Belo Horizonte.

Pimentel, Marcelo. 2021. “A palavra convence e o exemplo arrasta”. In *Os militares e a crise brasileira*, edited by João Roberto Martins Filho. Campinas: Alameda.

Reis, Thiago. 2020. “Candidatos a prefeito apoiados por Bolsonaro saem derrotados no 2º turno; nesta eleição, só 2 de 13 saíram vitoriosos”. *G1* (Nov.). g1.globo.com/politica/eleicoes/2020/eleicao-em-numeros/noticia/2020/11/29/candidatos-a-prefeito-apoiados-por-bolsonaro-saem-derrotados-no-2o-turno-nesta-eleicao-so-2-de-13-sairam-vitoriosos.ghtml.

Santos, E. H. J. 2009. “Extrema-direita volver! Memória, ideologia e política dos grupos formados por civis e a reserva militar”. Dissertação (mestrado) — UFF.

Santos, E. H. J. 2015. “Grupos de pressão política formados por militares da reserva no Mercosul”. Tese (Doutorado) — UFF.

Santos, E. H. J. 2021. “Ativismo e extrema direita no meio militar: tensões e discursos que antecedem ao bolsonarismo (1984-1998)”. *Journal for Brazilian Studies* 10, no. 2. Brasília.

Santos, E. H. J., V. C. Alves, and E. L. Figueiredo. 2008. “O velho e o novo no discurso das forças armadas”. *Trabalho apresentado no GT 32 – Forças armadas e Sociedade*. 32º Encontro da Associação Nacional de Pesquisa e Pós-Graduação em Ciências Sociais — Anpocs.

Santos, E. H. J., E. Kubik, and V. C. Alves. 2022. “Redemocratização, controle civil e reação”. *Tensões Mundiais* 18, no. 37: 57-80.

Schimdt, F. H. 2022. *Presença de militares em cargos e funções comissionadas do Executivo federal*. Brasília: Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada (Ipea).

Soares, Samuel Alves. 2006. *Controle e autonomia. As forças armadas e o sistema político brasileiro (1974-1999)*. São Paulo: Ed.Unesp.

Sociedade Militar. 2019. “Alana Passos e a reestruturação dos soldos” (Mar.). Youtube, 1min03s. www.youtube.com/watch?v=Sm2ts496C0o&t=3s.

Vagts, Alfred. 1967. *A history of Militarism*, New York: The Free Press.

CONTROLE CIVIL SOB AMEAÇA? MILITARISMO, POLITIZAÇÃO E RADICALIZAÇÃO DOS MILITARES NO BRASIL DE BOLSONARO

RESUMO

O retorno do militarismo à política e a eleição de Jair Bolsonaro em 2018 podem ser entendidos como fruto de uma grande mobilização no meio das fileiras dentro de um novo marco do militarismo brasileiro? Ou como enfraquecimento do controle civil em uma conjuntura de crise política? Apontamos nesse artigo, que o crescimento da popularidade de Bolsonaro e da sua geração de oficiais tem profunda relação com a recuperação do militarismo brasileiro, inicialmente como reação ao controle civil exercido nos governos do Partido dos Trabalhadores. Como fontes primárias para este artigo contamos com os dados do Tribunal Superior Eleitoral e os arquivos do acervo do Arquivo Nacional sobre participação de militares em partidos e na política.

Palavras chave: Militarismo; Controle Civil; Bolsonarismo, Brasil.

ABSTRACT

The return of militarism to politics and the election of Jair Bolsonaro in 2018 can be understood as the result of a great mobilization among the ranks within a new framework of Brazil's militarism? Or as a civilian control weakening in the context of a political crisis? In this article, we point out that the growth in the popularity of Bolsonaro and his generation of officers is deeply related to the recovery of Brazilian militarism, initially as a reaction to the civilian control exercised in the governments of the Workers' Party. As primary sources for this article, we rely on data from the Superior Electoral Court and reports from the Armed Forces from the National Archives collection on the participation of military personnel in political parties and politics.

Keywords: Militarism; Civilian Control; Bolsonarism; Brazil

NOTAS

1. Um exemplo representativo de missão cumprida foi a participação das forças armadas na Comissão de Transparência das Eleições, a convite do Tribunal Superior Eleitoral, em 2022, que veremos mais adiante. Não se trata de expertise militar, e sim um desvio de função.
2. Do original: *“Military professionalism is a state, a condition based on education and expertise, autonomous institutional governance, a sense of career, and an explicit statist mission. Professional militarism is the willingness and propensity to provide solutions to a country’s problems – economic, political, social – based on a military ethos. This ethos, sometimes called a mentality or spirit, is a result of professionalism in conflict with civilian sociocultural tendencies that are probably most discernible in the political sphere of the most developed countries of the region: the countries of the Southern Cone”* (Nunn 2001, 15).
3. Alfred Vagts pontua que o militarismo moderno tende a desdenhar do caráter científico, prendendo-se a qualidades de casta e culto, autoridade e crença.
4. Houve o monitoramento destes grupos de pressão política por parte do SNI e, depois de 1990, por parte da Secretaria de Assuntos Estratégicos da Presidência da República.
5. A carreira política de Jair Bolsonaro tem profunda relação com a Famir, da qual se torna vice-presidente. Proibido pelo Comando de Operações Terrestres de entrar em quartéis para fazer campanha, Jair Bolsonaro utilizou as associações como plataforma política e os espaços próximos às unidades militares.
6. Os dossiês, relatórios e informes citados estão disponíveis no Sistema de Informações do Arquivo Nacional.
7. Estes relatórios confidenciais do CIE eram distribuídos para os comandantes das grandes unidades do Exército. Em 1989, a preocupação comum eram a esquerda brasileira e a latino-americana.
8. A Confamil chegou a reunir 28 associações congêneres.
9. A APEB foi considerada entidade de natureza sindical, o que violaria o artigo 142 da Constituição.
10. Detalhes do anteprojeto podem ser vistos no Arquivo Cronológico de Entrada 8.295/83 do Serviço Nacional de Informações.
11. Havia outro Partido Social Trabalhista, criado no Rio em 1983.
12. Augusto Rosa se elegeu para três mandatos para a Câmara dos Deputados.
13. Embora a carreira de Enéas fosse vinculada à sua profissão de médico, ele ressaltava em sua verve nacionalista os seus primeiros anos como sargento na Escola de Saúde do Exército.
14. Roberto Gama e Silva, o candidato a vice, serviu na Agência Central do Serviço Nacional de Informações (SNI) no Amazonas. Foi um dos primeiros defensores da exploração nacional do Nióbio (Caldeira Neto 2016, 111).
15. Por exemplo o Estudo nº 007, A Questão Indígena e os Riscos para a Soberania e a Integridade do Território Nacional, de 30 de maio de 1986, disponível no Dossiê BR DFANBSB 2M.0.0.155, v.10 do Arquivo Nacional.

16. No segundo turno das eleições de 2014, Dilma Rousseff (51,64%) venceu Aécio Neves (48,36%) por uma diferença em torno de 3 pontos percentuais, a menor registrada até então na Nova República.
17. O sítio eletrônico *Folha Política* era um dos empreendimentos da Raposo Fernandes Associados. Um dos criadores da página, Ernani Fernandes, é filho do coronel Ermindo Fernandes Barbosa Neto, ex-assessor do general Enzo Peri.
18. Levy Fidelix e o general Hamilton Mourão, ambos do PRTB, além de Jair Bolsonaro e Sérgio Moro, foram alguns dos beneficiados desses canais citados.
19. O general Villas Boas, ex-comandante do Exército no governo Dilma, em entrevista a Celso Castro (2020), declarou que a CNV tinha viés revanchista e que a metodologia empregada nas averiguações carecia de critérios técnicos, além de não estabelecer direito ao contraditório.
20. O militarismo não permite autocrítica, apenas a própria celebração: na sessão de impeachment de Dilma Rousseff em 2016, Bolsonaro faz uma prédica ao coronel Ustra, incitando a crítica à Comissão da Verdade e à Política de Direitos Humanos, e à própria democracia.
21. A política externa de Bolsonaro é marcada por um alinhamento ao governo de Donald Trump nos Estados Unidos e a governos de extrema-direita, como o de Benjamin Netanyahu em Israel. Esse é um dos fatores que levará ao encerramento da participação brasileira na Força Interina das Nações Unidas no Líbano (Unifil).
22. Diga-se de passagem, a mensagem foi escrita e revisada pelos oficiais do alto comando, sem qualquer ciência anterior do Ministro da Defesa, Raul Jungmann, ou dos comandantes da Marinha e da Aeronáutica. Sobre isso, ver Castro, 2021.
23. Reunião do Alto Comando do Exército (RACE).
24. Uma das medidas que podem ser entendidas como reação ao controle civil *ante* é a reformulação da Lei de Acesso à Informação e a utilização indevida do artigo 31 deste dispositivo, que permite manter sigilo de cem anos para as informações imprescindíveis para a segurança da sociedade ou do Estado.